

Características de Governança em Cooperativas Agropecuárias: estudo baseado em práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

Governance Characteristics of Agricultural Cooperatives: a study based on the recommendations of the Brazilian Institute of Corporate Governance

Wauana Sheeva Costa Silva Manchineri¹,
Carlos André de Melo Alves²

¹Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília, DF, Brasil.

²Universidade de Brasília, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Mestrado Profissional em Administração Pública, Brasília, DF, Brasil.

Resumo

Objetivo: O objetivo desta pesquisa foi analisar as características de governança das cooperativas agropecuárias, baseado em práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

Método/abordagem: Realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados foram coletados a partir dos estatutos sociais, relatórios anuais e informações financeiras publicamente disponíveis e atualizadas até abril de 2019 de 22 cooperativas agropecuárias do Ranking 'Melhores e Maiores' de 2017 publicado pela Revista Exame. Para o tratamento dos dados foi realizada uma análise de conteúdo baseadas no Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas do IBGC.

Contribuições teóricas/práticas/sociais: Após a análise das 440 subcategorias, os resultados mostraram que 81,59% das subcategorias estiveram presentes. Assim, o trabalho pode contribuir para entender a adoção de práticas de governança por cooperativas agropecuárias no Brasil.

Originalidade/relevância: As categorias 'Cooperados' e 'Demais Órgãos de Governança' apresentaram, respectivamente, 100,00% e 60,00% de presença para subcategorias a elas associadas.

Palavras-chave: Cooperativas Agropecuárias; Governança Corporativa; Recomendações do IBGC.

Abstract

Purpose: The objective of this research was to analyze the governance characteristics of agricultural cooperatives, based on the Brazilian Institute of Corporate Governance recommendations.

Design/methodology/approach: It was made descriptive research with qualitative and quantitative approach. Data were collected from the publicly available statutes and annual reports and updated through April 2019 of 22 agricultural cooperatives from the ranking 'Best and Biggest' of 2017 published by the *Revista Exame*. For data processing, a content analysis was performed Cooperative Best Practices Guide.

Research, Practical & Social implications: After analyzing the 440 subcategories, the results showed that 81.59% of the subcategories were present. Thus, the research can contribute to understand the adoption of governance practices by agricultural cooperatives in Brazil.

Originality/value: The categories 'Cooperators' and 'Other governance bodies' presented, respectively, 100.00% and 60.00% of presence for subcategories associated with them.

Keywords: Agricultural cooperatives; Corporate governance; Brazilian Institute of Corporate Governance Recommendations

Introdução

As cooperativas agropecuárias são sociedades de pessoas, cuja origem se vincula ao desenvolvimento de atividades no campo referente à produção, comércio, finanças e serviços, a fim de melhorar as condições de vida dos agricultores rurais (Fransi et al., 2007). De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil, em 2020 o ramo agropecuário somou 1.173 cooperativas, com mais de 1 milhão de cooperados, gerando 223 mil empregos diretos (Organização das Cooperativas do Brasil [OCB], 2021).

Estas cooperativas se encontram em todo território nacional, sendo o segmento de maior expressão do cooperativismo brasileiro (Cervelin & Cunha, 2015). Desta maneira, com o crescimento das atividades destas cooperativas, cresce, também, a necessidade do aprimoramento dos seus processos de gestão (Carpes & Cunha, 2018). Uma vez que em geral, nessas sociedades não existem a separação entre a propriedade e controle, sendo que na maioria dos casos seus dirigentes, também, são seus associados eleitos em assembleia geral (Machado Filho, 2006).

Desta maneira, as cooperativas possuem uma estrutura societária, onde todos os associados são proprietários, porém, nem todos seus membros têm acesso ao controle da cooperativa. Embora esses dirigentes sejam sócios eleitos pelos outros membros, esse controle exercido pode ter influência de ati-

tudes oportunistas, como a de maximização de seus próprios interesses (Silva et al., 2015).

A este respeito, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, lançou o Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2015). O referido guia apresenta um conjunto de práticas recomendadas que possam ser úteis para investigar empiricamente as características de governança das cooperativas, inclusive as cooperativas agropecuárias.

A partir dessa contextualização buscou-se responder nesta pesquisa ao seguinte problema: quais são as características de governança das cooperativas agropecuárias atuantes no Brasil, baseado em práticas recomendadas pelo IBGC? Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as características de governança corporativa das cooperativas agropecuárias, baseado em práticas recomendadas pelo IBGC.

O presente estudo é relevante sob a perspectiva teórica e prática. Quanto à relevância teórica, o estudo contribui para pesquisas relacionadas à aderência das cooperativas agropecuárias a recomendações a respeito da governança corporativa disseminadas no País, em especial aquelas baseadas em recomendações do IBGC e que são específicas para cooperativas (IBGC, 2015). A respeito da relevância prática, espera-se que os resultados desta pesquisa possam servir de referência para

os gestores, cooperados, entidades associativas que representem as cooperativas agropecuárias, acadêmicos e demais partes interessadas em aprimorar o conhecimento sobre a adoção de práticas de governança por cooperativas agropecuárias no Brasil.

Fundamentação Teórica

Cooperativas agropecuárias

As cooperativas são definidas como sociedade de pessoas, em que cada cooperado tem direito a um único voto, independente do seu capital investido (Machado Filho, 2006). Desde sua origem, as cooperativas atuam com base em princípios que norteiam suas ações no ambiente que estejam inseridas (Liszbinski et al., 2016). Tais princípios podem ser considerados ao serem traçadas as orientações sobre a gestão destas entidades, abrangendo, inclusive, a atuação de seus cooperados.

No Brasil, as cooperativas atuam em diferentes setores da economia (Costa et al., 2012). Tais entidades estão segmentadas em ramos de atividades, a saber: especial, turismo e lazer, mineral, infraestrutura, consumo, produção, educacional, habitacional, saúde, trabalho, crédito, transporte e agropecuário, objeto deste estudo (Mundo Coop, 2018).

Segundo a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais [OCEMG] (2018), 48% da produção agrícola brasileira são geradas pelas cooperativas agropecuárias, sendo que

suas exportações possuem destaque no comércio internacional, quando comparadas às demais cooperativas, pois, correspondem com cerca de 99% das exportações de todos os ramos de cooperativas do país (Chagas & Santos, 2017). Com o crescimento do setor agropecuário, tais sociedades vêm ganhando espaço no mercado sendo responsáveis por cerca de 50% do PIB agrícola do país (Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento [MAPA], 2018).

Verifica-se que tais cooperativas constam, inclusive, de rankings, os quais permitem a comparação de seu desempenho com o de outras empresas como, por exemplo, o ranking 'Melhores e Maiores' publicado pela revista Exame anualmente (Exame, 2017). O referido ranking apresenta listas de empresas, organizadas por setor da economia, região do país, estado, origem do capital e uma série de comparações por meio de indicadores econômico-financeiros: patrimônio, lucro, prejuízo, receita líquida, rentabilidade, endividamento, liquidez, capital circulante, dentre outros.

Governança em cooperativas

De acordo com o IBGC, governança é o "sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários/cooperados, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle" (IBGC, 2015, p. 13). Conforme Liszbinski et al. (2016, p. 5), "nestas entidades, os membros têm poder de decisão e controle, segundo o

princípio de que o membro é usuário, proprietário e investidor dessa organização”. As características das cooperativas, de acordo com sua doutrina, definem um conjunto específico dos direitos de propriedade, poder de decisão e distribuição de ganhos ou perdas residuais entre os seus membros. Tal conjunto específico afeta diretamente o modelo de governança das cooperativas e o papel dos gerentes (Bialoskorski et al., 2012).

No estudo da temática da governança corporativa, é comum fazer remissão a problemas decorrentes da separação entre a propriedade e a gestão, bem como à relação de agência (Rossetti & Andrade, 2019). A este respeito, Jensen e Meckling (1976, p. 308), definem como relação de agência “um contrato segundo o qual uma ou mais pessoas (o principal) contratam outra pessoa (o agente) para executar um serviço em seu nome o que envolve delegar alguma autoridade de tomada de decisão ao agente [...]”. Desta forma, se o agente (gestor) e o principal (proprietário) forem maximizadores de sua própria utilidade, existem razões para acreditar que o agente nem sempre atua para atender o interesse do principal (Jensen & Meckling, 1976).

Assim o principal incorre em “custos para alinhar os interesses dos agentes aos seus, que são chamados de custos de agência” (Silveira, 2004). Para minimizar os potenciais prejuízos decorrentes dos conflitos de interesse entre tomadores de decisão e fornecido-

res de recursos, são utilizados mecanismos de controle e incentivo denominados mecanismo de governança corporativa (Silveira, 2004). Esses mecanismos estão previstos também, na legislação brasileira com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que instituiu a política nacional do cooperativismo, nela está prevista a obrigatoriedade do conselho de administração (Lei nº 5.764, 1971).

O conselho de administração é um mecanismo de governança corporativa importante (Andres et al., 2005). Esse conselho de administração pode ter comitês ligados a ele para prestar assessoria, a exemplo do comitê de auditoria, incumbido de “avaliar conformidade dos relatórios contábeis e financeiros da administração, do sistema de controles internos, da gestão de riscos e do compliance” (IBGC, 2015, p. 52). O comitê de auditoria garante que a gestão desenvolva controles internos confiáveis eficientes e eficazes e também garante a efetividade do desempenho da auditoria independente e auditoria interna.

Diante do exposto, a adoção de boas práticas de governança corporativa em cooperativa traz recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e potencializar o valor da cooperativa, facilitando seu desenvolvimento, tornando assim a governança em cooperativa peça fundamental para a perenidade dessas organizações. As organizações cooperativas que seguem estas reco-

mendações profissionalizam sua administração e gestão, aumentam a eficácia de seus controles, mitigam riscos, melhoram sua competitividade e criam um diferencial na condução de seus negócios (IBGC, 2015).

As boas práticas de governança corporativa podem contribuir para minimizar problemas causados pelo conflitos de interesse, observando-se que o conselho de administração e o conselho fiscal têm papel fundamental para o alinhamento dos interesses entre acionistas, gestores e outras partes interessadas (Machado Filho, 2006). No caso das cooperativas, o IBGC recomenda como dever dos gestores a adoção de um re-

lacionamento transparente com as partes interessadas, definindo assim, uma estratégia de comunicação com esse público e apresentando, quando solicitado, informações pertinentes a essa sociedade como, por exemplo, por meio de relatórios periódicos (IBGC, 2015).

Conforme citado na introdução, um documento que contempla recomendações específicas para a governança de cooperativas é o Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas (IBGC, 2015). O Quadro 1 apresenta uma proposta para sistematizar elementos contemplados no referido documento, contendo categorias e subcategorias.

Categoria	Subcategoria (Scat)
Cooperados	Scat 1. Menção a estrutura de propriedade
	Scat 2. Descrição do direito a voto
	Scat 3. Menção a assembleia geral
	Scat 4. Critérios para saída dos cooperados da cooperativa
	Scat 5. Menção a distribuição de sobras e rateio das perdas entre os sócios
Conselho de administração	Scat 6. Descrição das atribuições do conselho de administração
	Scat 7. Critérios para seleção dos conselheiros
	Scat 8. Mandato dos conselheiros
	Scat 9. Número de conselheiros
	Scat 10. Menção a remuneração dos conselheiros
Demais Órgãos de Governança	Scat 11. Menção a auditoria independente
	Scat 12. Menção ao conselho fiscal
	Scat 13. Menção ao comitê de auditoria
	Scat 14. Menção a auditoria interna
	Scat 15. Outros (exemplo: ouvidoria e/ou canal de denúncias)
Gestão ¹	Scat 16. Descrição das atribuições dos gestores
	Scat 17. Menção a relação com as partes interessadas
	Scat 18. Menção a publicação de relatórios periódicos
	Scat 19. Menção a gestão de riscos
	Scat 20. Remuneração dos gestores (inclui diretor presidente e diretoria)

Quadro 1. Indicadores de governança em cooperativas

Fonte: Adaptado do IBGC (2015).

Observação: A palavra 'Gestão', no contexto das recomendações do IBGC, contempla o executivo principal e diretoria executiva, baseado em IBGC (2015).

Por fim, a estrutura proposta no Quadro 1 contempla 20 subcategorias de análise que podem ser usadas para identificar características pertinentes à governança em cooperativas. Tais subcategorias são baseadas em práticas recomendadas pelo IBGC e estão agrupa-

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva (Sampieri et al., 2006), com abordagem qualitativa e quantitativa. A população deste estudo é composta por cooperativas agropecuárias listadas no ranking 'Melhores e Maiores', publicado pela revista Exame, referente ao ano de 2017 (Exame, 2017). O critério adotado para a seleção da amostra foi por acessibilidade aos dados. Para se chegar à amostra foram seguidas as seguintes etapas:

1. Análise do referido ranking 'Melhores e Maiores', publicado pela revista Exame, referente ao ano de 2017,

das em quatro categorias que subsidiavam o exame de característica de governança em cooperativas: cooperados, conselho de administração, demais órgãos de governança e gestão. As subcategorias e categorias do referido quadro serviram de base para a elaboração da parte empírica desta pesquisa.

contendo as mil melhores empresas ordenadas, na busca de identificar todas as cooperativas apresentadas.

2. Em seguida, foram identificadas 68 cooperativas dentre as 1.000 empresas, com base no ranking das cooperativas brasileiras da OCB (OCB, 2017).

3. Para identificar as cooperativas agropecuárias, utilizou-se o mesmo ranking da OCB, selecionando-se 63 cooperativas agropecuárias.

4. Por fim, foi adotado o critério de acessibilidade aos documentos: estatuto social, relatório anual e informações financeiras, sendo selecionadas 22 cooperativas apresentadas no Quadro 2, as quais compõem a amostra dessa pesquisa.

COAMO; AURORA ALIMENTOS; C. VALLE; LAR; COOXUPÉ; COMIGO; COCAMAR; COPACOL; CASTROLANDIA; AGRARIA; COOPERCITRUS; COOPERALFA; FRISIA; FRIMESA; CCPR/MG; COASUL; COTRIJAL; COPERCAMPOS; COPAGRIL; CAPAL; COTRISAL; COPER-CANA.

Quadro 2. Cooperativas da amostra

Fonte: EXAME (2017) e OCB (2017).

Os dados foram coletados a partir dos estatutos sociais, relatórios anuais e informações financeiras publicamente disponíveis e atualizadas até abril de 2019. Para o tratamento dos dados foi realizada uma análise de conteúdo (Bardin, 1977), considerando as 20

subcategorias distribuídas em 4 categorias citadas no Quadro 1, as quais estão baseadas no Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas do IBGC.

O referido guia apresenta características da governança que se sugere

ser adequado às cooperativas. Para demonstrar a adoção de práticas de governança corporativa por meio das cooperativas, foi realizada a consulta aos documentos coletados dessas cooperativas, buscando identificar a presença ou ausência de cada subcategoria proposta no Quadro 1, analisando-se cada subcategoria individualmente e agrupando as análises das subcategorias por categoria. Considerando as 20 subcategorias do Quadro 1 usadas na análise e as 22 cooperativas da amostra, no total foram examinadas 440 subcategorias.

Para a análise dos dados foram empregadas a estatística descritiva, com emprego de percentuais, e utilizou-se a estatística inferencial não paramétrica, com emprego de teste binomial e do teste Qui-quadrado. Esses testes não paramétricos são adequados para dados categóricos e não pressupõem a normalidade da distribuição dos dados (Siegel & Castellan, 2006). Para realizar os cálculos estatísticos, utilizou-se o software SPSS 22.0.

Para cada um dos vinte testes binomiais efetuados, a hipótese nula foi a de que não havia diferença significativa entre o percentual de subcategorias presentes e ausentes de cada subcategoria. A hipótese alternativa de cada teste binomial foi a de que tal diferença era significativa.

Por fim, para o Teste Qui-Quadrado realizado, a hipótese nula foi a de que não existiam diferenças significativas entre as categorias no tocante à presença e à ausência das subcategorias as-

sociadas a cada categoria. A hipótese alternativa do Teste Qui-quadrado foi a de que tais diferenças na presença e na ausência de subcategorias associadas a cada categoria eram significativas.

Análise e Discussão dos Resultados

De um modo geral observa-se que todas cooperativas analisadas apresentam nos seus documentos algum tipo de característica de governança corporativa, evidenciada pela presença de subcategorias associadas às categorias citadas no Quadro 1 do referencial teórico.

Inicialmente, a Tabela 1 descreve os resultados das análises das subcategorias associadas à categoria 'Cooperados'. É possível identificar que todas as subcategorias, estiveram 100,00% presentes em todas as cooperativas da amostra.

Ainda baseado nos resultados da Tabela 1, foram realizados cinco testes binomiais e a hipótese nula para cada teste foi de que não há diferença significativa entre o percentual de subcategorias presentes e ausentes de cada subcategoria. Para uma significância de 0,05, os resultados dos testes sugerem a rejeição da hipótese nula, ou seja, não existem diferenças significativas entre a presença e ausência das subcategorias Scat 1 a Scat 5.

	Subcategoria – Categoria Cooperados				
	Scat 1	Scat 2	Scat 3	Scat 4	Scat 5
A	0	0	0	0	0
P	22	22	22	22	22
P%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TB (Sig.)	0,00 ¹	0,00 ¹	0,00 ¹	0,00 ¹	0,00 ¹
Decisão	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)

Tabela 1. Subcategorias pertencentes à categoria ‘Cooperados’

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: ‘A’ – ausente; ‘P’ – presente; ‘P%’ – percentual de cooperativas em que a subcategoria esteve presente; ‘TB (Sig)’ – Significância do teste binomial; ‘Scat 1’ – Menção a estrutura de propriedade; ‘Scat 2’ – Descrição do direito a voto; ‘Scat 3’ – Menção a assembleia geral; ‘Scat 4’ – Critérios para saída dos cooperados da cooperativa; ‘Scat 5’ – Menção a distribuição de sobras e rateio das perdas entre sócios, conforme descrito no Quadro 1.

Observação¹: Significativo a 5%.

Dessa forma, todas as subcategorias pertencentes à categoria ‘Cooperados’ estiveram predominantemente presentes na documentação que diz respeito às cooperativas analisadas. Esses resultados corroboram com o estudo do autor Liszbinski et al. (2016), o qual informa que nas cooperativas o membro

é usuário, proprietário e investidor dessa organização, sendo que suas características definem o poder de decisão por meio do direito de voto e a distribuição dos ganhos ou perdas residuais entre os seus membros, por meio da distribuição de sobras e rateio de perdas.

	Subcategoria – Categoria Conselho de Administração				
	Scat 6	Scat 7	Scat 8	Scat 9	Scat 10
A	0	0	0	0	2
P	22	22	22	22	20
P%	100,00	100,00	100,00	100,00	90,90
TB (Sig.)	0,00 ¹	0,00 ¹	0,00 ¹	0,00 ¹	0,00 ¹
Decisão	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)

Tabela 2. Subcategorias pertencentes à categoria ‘Conselho de administração’

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: ‘A’ – ausente; ‘P’ – presente; ‘P%’ – percentual de cooperativas em que a subcategoria esteve presente; ‘TB (Sig)’ – Significância do teste binomial; ‘Scat 6’ – Descrição das atribuições do conselho de administração; ‘Scat 7’ - Critérios para seleção dos conselheiros; ‘Scat 8’ - Mandato dos conselheiros; ‘Scat 9’ - Número de conselheiros; ‘Scat 10’ - Menção a remuneração dos conselheiros, conforme descrito no Quadro 1.

Observação¹: Significativo a 5%.

A Tabela 2 descreve os resultados da análise das subcategorias associadas à categoria 'Conselho de administração'. É possível identificar que as cinco subcategorias associadas a essa categoria estiveram predominantemente presentes nos documentos analisados das cooperativas da amostra.

Ainda segundo a Tabela 2, para uma significância de 0,05, efetuaram-se testes binomiais cujos resultados sugerem a rejeição da hipótese nula. Em outras palavras, existem diferenças significativas entre a presença e ausência das subcategorias associadas à categoria 'Conselho de administração'. Este resultado indicando a presença do conselho de administração nas cooperativas analisadas justifica-se, pois o conselho de administração é um mecanismo de

governança presente como sendo obrigatório na regulamentação (Lei nº 5.764, 1971).

A Tabela 3 descreve os resultados da análise das subcategorias contidas na categoria 'Demais órgãos de governança'. É possível identificar que duas das cinco subcategorias, Scat 11 e Scat 12, possuem 100,00% de presença, em contrapartida a subcategoria Scat 13 não apareceu em nenhuma das cooperativas analisadas.

Desta maneira, os resultados dos testes binomiais para as subcategorias Scat 11 e 12, considerando uma significância de 0,05, sugere a rejeição da hipótese nula. Assim, houve diferenças significativas entre a presença e ausência das subcategorias 11 e 12, com predomínio de presença para essas duas subcategorias.

	Subcategoria – Categoria Demais Órgãos de Governança				
	Scat 11	Scat 12	Scat 13	Scat 14	Scat 15
A	0	0	22	8	14
P	22	22	0	14	8
P%	100,00	100,00	0,00	63,63	36,36
TB (Sig.)	0,00 ¹	0,00 ¹	0,00 ¹	0,28	0,28
Decisão	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (A>P)	Não Rejeitar	Não Rejeitar

Tabela 3. Subcategorias referentes à categoria 'Demais órgãos de governança'

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: 'A' – ausente; 'P' – presente; 'P%' – percentual de cooperativas em que a subcategoria esteve presente; 'TB (Sig.)' – Significância do teste binomial; 'Scat 11' - Menção a auditoria independente; 'Scat 12' - Menção ao conselho fiscal; 'Scat 13' - Menção ao comitê de auditoria; 'Scat 14' - Menção a auditoria interna; 'Scat 15' - Outros (exemplo: ouvidoria e/ou canal de denúncias), conforme descrito no Quadro 1.

Observação¹: Significativo a 5%.

Por sua vez, conforme citado na Tabela 3, para as outras duas subcategorias Scat 14 e 15 considerando uma

significância de 0,05, a hipótese nula não foi rejeitada. Logo, não houve diferenças significativas entre a presença e

ausência das subcategorias 14 e 15. Para a subcategoria Scat 13, para uma significância 0,05, a hipótese nula foi rejeitada, porém, essa subcategoria foi à única que obteve 0,00% de presença na documentação analisada das cooperativas da amostra.

O resultado apresentado na Tabela 3 a respeito da Scat 13 contradiz a expectativa sobre o tema, tendo em vista que o comitê de auditoria consta das recomendações de governança aplicáveis às cooperativas, contribuindo para que a gestão desenvolva controles

internos confiáveis eficientes e eficazes, além contribuir para a efetividade do desempenho da auditoria independente e auditoria interna (IBGC, 2015).

A Tabela 4 descreve os resultados da análise das subcategorias associadas à categoria 'Gestão'. É possível identificar que a subcategorias Scat 16. Descrição das atribuições dos gestores possui 100,00% de presença. Enquanto a subcategoria Scat 17. Menção a relação com as partes interessadas possui 27,27% de presença nas cooperativas da amostra.

	Subcategoria – Categoria Gestão				
	Scat 16	Scat 17	Scat 18	Scat 19	Scat 20
A	0	16	2	12	5
P	22	6	20	10	17
P%	100,00	27,27	90,90	45,45	77,27
TB (Sig.)	0,00 ¹	0,05	0,00 ¹	0,83	0,01 ¹
Decisão	Rejeitar (P>A)	Rejeitar (A>P)	Rejeitar (P>A)	Não Rejeitar	Rejeitar (P>A)

Tabela 4. Subcategorias referentes à categoria 'Gestão'

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: 'A' – ausente; 'P' – presente; 'P%' – percentual de cooperativas em que a subcategoria esteve presente; 'TB (Sig)' – Significância do teste binomial; 'TOTAL' – total de observações; 'Scat 16' - Descrição das atribuições dos gestores; 'Scat 17' - Menção a relação com as partes interessadas; 'Scat 18' - Menção a publicação de relatórios periódicos; 'Scat 19' - Menção a gestão de riscos; 'Scat 20' - Remuneração dos gestores (inclui diretor presidente e diretoria), conforme descrito no Quadro 1.

Observação¹: Significativo a 5%.

Os resultados dos testes binomiais descritos na Tabela 4, para uma significância de 0,05 para as subcategorias Scat 16, 17, 18 e 20, sugerem a rejeição da hipótese nula. Dessa forma, tais subcategorias apresentaram diferenças significativas e estiveram predominantemente presentes, exceto pela Scat 17 que esteve predominantemente ausente. Por sua vez, para a subcategoria

Scat 19, para a mesma significância o teste sugere não rejeitar a hipótese nula. Assim, para Scat 19 não houve diferenças significativas entre a presença e ausência das subcategorias.

Quanto à subcategoria Scat 17 'Menção a relação com as partes interessadas', citada na Tabela 4, os resultados apresentam predomínio de ausência

nos documentos analisados das cooperativas da amostra, fato que contrapõe as orientações do IBGC (2015), segundo o qual o executivo principal deve garantir um relacionamento transparente e de longo prazo com as partes interessadas e definir a estratégia de comunicação com esses públicos. Desta forma esperava-se uma maior divulgação sobre o relacionamento com partes interessadas, fato que não ocorreu com base

nas evidências analisadas. Com base nos dados citados nas Tabelas 1 a 4, foi possível realizar uma análise por categoria, conforme exibido na Tabela 5. A referida Tabela 5 exibe as frequências observadas e o resultado do teste Qui-quadrado, usado para verificar a existência de diferenças significativas entre percentuais de presença das subcategorias agrupadas pelas categorias descritas no Quadro 1.

Categoria	A (%)	P (%)	Total (%)	Qui-quadrado	GL	Significância
Cooperados	0 (0,00)	110 (100,00)	110 (100,00)	92,28	3	0,00 ¹
Conselho de Administração	2 (1,81)	108 (98,18)	110 (100,00)			
Demais Órgãos de Governança	44 (40,00)	66 (60,00)	110 (100,00)			
Gestão	35 (31,81)	75 (68,18)	110 (100,00)			
Total	81 (18,41)	359 (81,59)				

Tabela 5. Frequências e Testes Qui-quadrado - Análise por categoria

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: 'P' – presença; 'A' – ausência

Após o exame das 440 subcategorias, a Tabela 5 exibe que no total foram verificadas 359 subcategorias presentes (81,59% das subcategorias analisadas). O resultado do Teste Qui-quadrado demonstrado Tabela 5, apresentou significância de 0,00, com 3 graus de liberdade e um valor da estatística de 92,28. Desta forma, ao se considerar um nível de significância de 0,05, o resultado do teste sugere a rejeição da hipótese nula.

Por fim, verifica-se que a distribuição das subcategorias por categoria não foi uniforme. Segundo a Tabela 5, a categoria 'cooperados' apresentou 100,00% de presença para subcategorias a ela associadas, enquanto a categoria 'Demais órgãos de governança' apresentou 60,00% de presença para subcategorias a elas associadas. Conforme análise efetuada a respeito das subcategorias pertinentes a esta categoria, verificou-se, em especial, a ausência de informações sobre o comitê de auditoria

na documentação das cooperativas, fato que contradiz a expectativa sobre o tema, tendo em vista que o comitê de

Conclusão

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as características de governança corporativa das cooperativas agropecuárias, baseado em práticas recomendadas pelo IBGC. Para que se alcançasse este objetivo efetuou-se uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa, analisando-se o conteúdo da documentação de 22 cooperativas. Para tratar os dados coletados empregou-se a análise de conteúdo, complementada pela estatística descritiva e inferencial não paramétrica. O presente estudo contribui para pesquisas relacionadas à aderência das cooperativas agropecuárias a recomendações a respeito da governança corporativa disseminadas no País.

Após o exame das 440 subcategorias, no total foram verificadas 359 subcategorias presentes (81,59% das subcategorias analisadas). Entretanto, a distribuição das subcategorias por categoria não foi uniforme. A categoria 'cooperados' apresentou 100,00% de presença para subcategorias a ela associadas, enquanto a categoria 'Demais órgãos de governança' apresentou 60,00% de presença para subcategorias a elas associadas.

As características de governança identificadas com maior frequência nos documentos analisados estão relaciona-

auditoria consta das recomendações de governança aplicáveis às cooperativas (IBGC, 2015).

das aos direitos e deveres dos cooperados e conselho de administração, respectivamente, ambas representadas nas análises de subcategoria e categoria. A subcategoria 'Menção ao comitê de auditoria' foi a única que obteve 0,00% de presença na documentação analisada da amostra, fato que contradiz a expectativa sobre o tema, tendo em vista que o comitê de auditoria consta das recomendações de governança aplicáveis às cooperativas disseminadas pelo IBGC.

Constatou-se, portanto, que características pertinentes à governança das cooperativas agropecuárias foram evidenciadas com base em práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC. Entretanto, ainda há oportunidade para aprimoramentos pontuais na evidenciação referente a categorias e a subcategorias específicas, cujos percentuais de presença foram indicados nos resultados e nesta conclusão do estudo.

O estudo tratou um tema atual que pode objeto de atenção de diversas partes, como gestores, cooperados, entidades associativas que representem as cooperativas agropecuárias, acadêmicos e demais partes interessadas em aprimorar o conhecimento sobre a aplicação de práticas de governança ao estudo das cooperativas agropecuárias no Brasil. Entretanto, deve-se atentar que os resultados dizem respeito apenas aos dados coletados e às cooperativas da amostra.

Por fim, como sugestões para estudos futuros, pode-se utilizar o Quadro 1 como referência para análise das características de governança corporativa destas cooperativas agropecuárias em outros períodos de análise. Adicionalmente, recomenda-se comparar os resultados aqui encontrados a estudos estrangeiros relacionados com o tema, de modo a contrapor este estudo brasileiro a outros realizados em outros países.

Referências

- Andres, P. de., Azofra, V., & Lopez, F. (2005). *Corporate Boards in OECD Countries: size, composition, functioning and effectiveness. Corporate Governance: an international review*, 13 (2), 197-210. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2005.00418.x>. Acesso em: 05 de Nov. de 2018.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bialoskorski, N., S., Barroso, M. F. G., & Rezende, A. J. (2012). Governança cooperativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência. *BBR - Brazilian Business Review*, 9 (2), 72-92. <http://bbronline.com.br/idex.php/bbr/article/view/270>. Acesso em: 02 de Nov. de 2018.
- Carpes, A. M. da S., & Cunha, P. R. da. (2018). Mecanismos de Governança Corporativa nos Diferentes Ciclos de Vida de Cooperativas Agropecuárias do Sul do Brasil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 21 (1), 80-99. http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a5. Acesso em: 05 de Out. 2018.
- Cervelin, C. M., & Cunha, F. E. G. (2015). O papel das cooperativas para o fortalecimento do agronegócio brasileiro. Faculdade de ciências sociais e agrárias de Itapeva, São Paulo. http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/1T8T6EziK3OEnqZ_2017-1-17-19-40-11.pdf. Acesso em: 05 de Out. de 2018.
- Chagas, V. F., & Santos, J. A. G. (2017). Contribuição de cooperativas agropecuárias brasileiras às exportações no período de 2010 a 2016. XVI Semana de Economia e II Encontro de Egressos de Economia da UESB. http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/anais/014.pdf. Acesso em: 21 de Out. de 2018.
- Costa, D. R. de. M., Chaddad, F. R., & Azevedo, P. F. de. (2012). Separação entre propriedade e decisão de gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 50 (2), 285-300. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 de Out. de 2019.
- Exame. (2017). *Ranking 'Melhores e Maiores' – As 500 maiores empresas do Brasil*. <https://exame.abril.com.br/revista-exame/500-maiores-empresas/>. Acesso em: 10 de Mai. de 2018.
- Fransi, E. C., Salla, Y. M., & Viadiu, F. M. (2007). La gestión de las cooperativas agrárias: tipificación de las cooperativas del sector oleícola de Catalunya. *Revista de Economía Pública, Social Y Cooperativa*, Valencia, 57, 203-236. <http://www.ciriec-revistaeconomia.es/>

banco/5908_Fransi_et_al.pdf. Acesso em: 19 de Jul. 2019.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2015). Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas. São Paulo: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/22108/GuiaCoop_Web.pdf. Acesso em: 06 de Nov. de 2018.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). *Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure*. Journal of Financial Economics, 3 (4), 305-360. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0304405X7690026X>. Acesso em: 23 de Out. de 2018.

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (1971). Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 dez. 1971. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm. Acesso em: 22 de Set. 2018.

Liszbinski, B. B., Macagnan, C. B., Patias, T. Z., Motke, F. D., & Silva, O. T. (2016). Governança em cooperativas agropecuárias: um estudo sob a ótica da arquitetura contratual. Revista Unemat de contabilidade, 5 (9), 21-41. <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/1098>. Acesso em: 05 de Out. de 2018.

Machado Filho, C. A. P. (2006). Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações: responsabilidade so-

cial, instituições, governança e reputação São Paulo. Pioneira Thomson Learning.

Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento. (2018). Cooperativismo e Associativismo no Brasil. Brasília: MAPA. <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-brasil>. Acesso em: 21 de Out. de 2018.

Mundo Coop (2018). Anuário brasileiro do cooperativismo 2018-2019. Revista Mundo Coop. <http://www.mundocoop.com.br/wp-content/uploads/2018/08/ANUARIO-BRASILEIRO-COOPERATIVISMO-2018.pdf>. Acesso em: 25 de Out. de 2018.

Organização das Cooperativas do Brasil. (2021). Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021. <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-coop-2021>. Acesso em 16.4.2022.

Organização das Cooperativas Brasileiras. (2017). Cooperativas estão entre as 'Melhores e Maiores' do país. Sistema OCB. <https://somoscooperativismo.coop.br/noticia/20830/cooperativas-estao-entre-as-melhores-e-maiores-do-pais>. Acesso em: 15 de Ago. de 2018.

Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. (2018). Anuário de informações econômicas e sociais do cooperativismo mineiro. Repositório/Publicacoes/anuario_2018/files/assets/common/downloads/publication.pdf. Acesso em: 22 de Set. 2018.

Rossetti, J. P., & Andrade, A. (2019). Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7ª ed. [3. Reimpri] - São Paulo, Atlas.

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2006). Metodologia de Pesquisa. 3ª edição. São Paulo: McGraw-Hill.

Siegel, S., & Castellan, N. J. Jr. (2006). Estatística não paramétrica para ciências do comportamento. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Silva, R. S.; Souza, A.; & Silva, W. (2015). Governança Corporativa em Cooperativas Agropecuárias: um modelo de classificação com aplicação da ferramenta Walk. Race, 14 (1), 313-322.

<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race>. Acesso em: 06 de Nov. 2018.

Silveira, A. D. M. da. (2004). Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil. 250 f. Tese de Doutorado em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-23012005-200501/>. Acesso em: 15 de Out. de 2018.

Wauana Sheeva Costa Silva Manchineri (wauana.sheeva@yahoo.com.br) trabalhou na confecção do artigo, inclusive introdução, fundamentação teórica, metodologia, coleta, análise e discussão dos resultados e conclusão.

Carlos André de Melo Alves (carlosandre@unb.br)* trabalhou na confecção do artigo, especialmente fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos resultados e na revisão do artigo).

*Autor-correspondente.

Data de Submissão: 05/02/2020 Data de Aprovação: 23/04/2022

Editor-Chefe: André Luiz Maranhão de Souza-Leão.

Editor Adjunto: Bruno Melo Moura.

Editores da submissão: Denis Silva da Silveira e Jairo Simião Dornelas.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR.